

Morte e guerra: o mausoléu dos mortos do Brasil na Primeira Guerra Mundial – Cemitério São João Batista (1928)

War and death: the mausoleum of the Brazilian dead in the First World War – São João Batista Cemetery (1928)

Adriane Piovezan

Historiadora, mestre em Letras (UFPR), doutoranda em História (UFPR),
membro da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais
drika@matrix.com.br

Clarissa Grassi

Relações Públicas, mestranda em Sociologia (UFPR), membro
da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais
clarissa.grassi@gmail.com

RESUMO: A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi um conflito marcante na história da humanidade em diversos sentidos. Na relação com as atitudes diante da morte, este episódio também enfatizou uma nova etapa no que se refere aos monumentos e mausoléus fúnebres. Em 1928, no Cemitério São João Batista, Rio de Janeiro, foi construído um mausoléu para abrigar os brasileiros pertencentes à Divisão Naval em Operações de Guerra, mortos durante o conflito. A autoria do monumento é do escultor Hildegardo Leão Velloso (1899-1966). O artigo tem como objetivo analisar este túmulo, sua concepção e os elementos que o compõem, além de abordar a relação passada e presente da população em relação à realização de homenagens, sugerindo uma reflexão sobre as atitudes diante da morte.

Palavras-chave: morte; mausoléus militares; Primeira Guerra Mundial

ABSTRACT: *The First World War (1914-1918) was a striking conflict in the history of humanity in several senses. Regarding its relation to attitudes towards death, this episode also emphasised a new stage with the construction of funereal monuments and mausoleums to host the Brazilians of the Naval Division of War Operations killed during the conflict. The monument was authored by sculptor Hildegardo Leão Velloso (1899-1966). This article aims to analyse this tomb, its conception and the elements of which it is composed, and to deal with the population's past and present relationship with homage, thus suggesting a reflection on attitudes towards death.*

Keywords: *death; military mausoleums; First World War*

Construído em 1928, no Cemitério São João Batista, na cidade do Rio de Janeiro, o Mausoléu aos Mortos da Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), tem autoria do escultor Hildegardo Leão Velloso (1899-1966) e guarda os restos mortais dos 156 brasileiros pertencentes à divisão mortos durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A reflexão sobre este espaço de memória se defronta com dois aspectos interessantes que aqui serão trabalhados. O primeiro se refere ao fato de que a participação brasileira neste conflito é usualmente ignorada, ou apenas brevemente comentada pela historiografia. O segundo aspecto se refere à obra em si, como se deu a construção do jazigo, seu discurso visual e o processo de transladação dos brasileiros mortos naquele conflito. A partir de tais considerações podemos perceber aspectos das atitudes diante da morte da sociedade brasileira naquele período.

Iniciado na Europa em 1914 e estendido até 1918, o conflito marcou profundamente a relação das sociedades ocidentais com a noção de guerra. Ainda que tradicionalmente os conflitos armados fossem constantes em diversos períodos da história, neste, que recebeu a denominação de mundial, a situação foi diferente. Foi uma guerra que teve características marcantes, como a utilização concomitante de elementos antigos e tradicionais de outros conflitos armados, com modernidades tecnológicas que definiram novos padrões de morte ao inimigo, como a introdução do uso de tanques de guerra.

A Primeira Guerra Mundial representou a consolidação de uma estratégia de eficiência na violência da guerra, de mortes provocadas deliberadamente por armas, projetadas e equipadas somente para este intuito. Outros conflitos, como a Guerra Civil Norte-Americana (1861-1865), que até hoje contabiliza o maior número de americanos mortos em uma conflagração, tiveram outras causas além das armas como fatores de mortandade. Doenças variadas matavam mais do que as armas, mas com a Primeira Guerra Mundial tal panorama foi modificado.

As criações de máquinas de matar, produzidas em grande escala e constantemente aperfeiçoadas provocaram uma nova relação com a morte. Diversos artistas entre pintores, escritores e poetas, retrataram a experiência de conviver entre os mortos, mesmo durante o tempo em que estavam combatendo. São clássicas as imagens de Otto Dix, cujas montanhas de mortos serviam de escada para soldados que usavam máscaras antigas. Outro exemplo são as descrições do campo de batalha de Verdun, que vitimou mais de 700.000 homens, em que os constantes bombardeios enterravam e desenterravam os mortos, enquanto soldados, ainda nas trincheiras, podiam observar o mórbido espetáculo e, com certeza, sentir o medo da possibilidade de serem os próximos cadáveres.

A rapidez dos tiros de canhão, metralhadoras, submarinos, os efeitos do gás, enfim, inúmeras armas que dizimavam muitos em pouco tempo, eram uma inovação em relação aos conflitos anteriores, nos quais os ferimentos provocados por armas, doenças e fome, levavam igualmente à morte, mas de uma maneira mais lenta.

Envolvendo diversas nações, entre agosto de 1914 e novembro de 1918, a Primeira Guerra Mundial também foi conhecida como “A Grande Guerra” até a eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939. O conflito ocorreu entre a Tríplice Entente (liderada pelo Império Britânico, Russo e República Francesa) e a Tríplice Aliança (liderada pelo Império Alemão, Império Austro-Húngaro e Império Turco-Otomano). Durante a conflagração do conflito, a Tríplice Entente recebeu o reforço dos Estados Unidos, cuja entrada se deu em 1917, após a saída do Império Russo. A guerra causou o colapso das potências imperialistas e mudou de forma radical o mapa geopolítico da Europa e do Médio Oriente. Estima-se que cerca de 10 milhões de pessoas tenham sido vitimadas durante o confronto.

Em um primeiro momento, o Brasil mostrou-se neutro no conflito. Os interesses econômicos e a sua não inserção em assuntos imperialistas fazia com que a participação do país fosse considerada imprópria. Esta situação mudou quase no final da Guerra. Ainda que a fragilidade do país enquanto potência militar fosse evidente, além das próprias carências econômicas numa situação em que já predominava uma crise, o afundamento de três navios da marinha mercante brasileira, aliado a fatores diplomáticos, provocaram, em outubro de 1917, a declaração de Guerra à Tríplice Aliança.

A Marinha Brasileira entrou na Primeira Guerra Mundial através do envio, em 1918, da recém-criada Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), cuja oficialização se deu pelo Aviso Ministerial nº. 501, de 30 de janeiro de 1918, sob o comando do Almirante Pedro Max Fernando de Frontin. O envio de uma divisão naval tinha o intuito de colaborar no patrulhamento da costa ocidental africana. Também houve participação com o envio de um grupo de aviadores para treinamento na Inglaterra, uma comissão para observação das operações de guerra e avaliação de material bélico na Europa, além de uma missão médica em assistência à população francesa (Maia, 1961, p.93).

A Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG) era formada por dois cruzadores leves (Rio Grande do Sul e Bahia), quatro contratorpedeiros (Piauhy, Rio Grande do Norte, Parahyba e Santa Catharina), o navio-tênder Belmonte e o rebocador Laurindo Pitta, para apoio e abastecimento. O efetivo, de 1.502 homens, assim se subdividia: 75 oficiais de armada, 4 médicos, 50 oficiais de máquinas, 5 oficiais comissários (intendentes), um farmacêutico, um dentista, um capelão, um submaquinista, 41 suboficiais, 43 mecânicos, 4 auxiliares de fiel, 702 marinheiros, 481 fogueiros, 89 taifeiros, um padeiro e três barbeiros (Maia, 1961, p.94).

A missão teve início em maio de 1918, saindo a esquadra do porto do Rio de Janeiro, deixando o território brasileiro em 1º de agosto, de Fernando de Noronha em direção a *Freetown*, em Serra Leoa, África. Em 25 de agosto, quando rumavam para Dakar, escaparam por pouco do ataque de um submarino alemão. A missão, cuja função era patrulhar o circuito entre São Vicente, Dakar e o Estreito de Gibraltar, partiu para a capital do Senegal, mas a ação foi prejudicada por problemas de ordem mecânica nas embarcações e principalmente pela epidemia de gripe espanhola que começava a se espalhar pelo mundo (Maia, 1961, p.94).

Em função do atraso e de problemas relacionados à falta de treinamento e de planejamento estratégico em conjunto com as nações aliadas, quando a frota finalmente conseguiu sair de Dakar em direção a Gibraltar, a guerra já havia terminado. Os marinheiros brasileiros, assim como combatentes de outros exércitos, como os norte-americanos, foram mortos pela epidemia de gripe espanhola, agravada também por casos de malária e febre amarela.

Ainda que seja um episódio ignorado ou tratado com ironia pela historiografia tradicional (Burns, 1985, p.399) a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial sofreu percalços e desastres, características compartilhadas com outras nações, como Portugal, que perdeu dez mil homens em uma campanha catastrófica e traumatizante para o país. Diversos problemas foram enfrentados para formar este esforço de guerra. Falta de mão de obra qualificada, despreparo na organização, treinamento dos soldados, problemas na manutenção dos navios etc.

A epidemia de gripe espanhola e o destino de suas vítimas

São muitas as teorias de como a epidemia de gripe espanhola teria surgido e atingido proporções imensas, em 1918 e 1919. Segundo Liane Bertucci, a gripe teria surgido em campos de treinamento militar nos Estados Unidos e se espalhado em consequência do movimento de tropas (Bertucci, 2003). O fato é que tal epidemia se alastrou por todo o planeta, com exceção de ilhas da Oceania, totalmente isoladas. O Brasil também foi duramente atingido pela epidemia, que dizimou em torno de 20 milhões de pessoas ao redor de todo o mundo.

Com a divisão da Marinha brasileira a tragédia não foi diferente. No dia 06 de setembro de 1918, aportados em Dakar, surgiram os primeiros sintomas da “gripe espanhola”. Dos navios atingidos pela doença, o mais afetado foi o cruzador-auxiliar Belmonte que, entre seus 364 tripulantes, contaram-se 154 doentes. Em poucos dias, a gripe vitimou 156 dentre os 1.502 membros da tripulação da DNOG. Segundo o historiador Francisco Eduardo Alves Almeida, “os corpos eram colocados em caixões e entregues às lanchas francesas (guarnecidas por senegaleses), que os levavam para serem enterrados na cidade” (Almeida, 2008). Inicialmente seus corpos foram enterrados em um cemitério localizado em Bel Air, Dakar, conforme ilustra a Figura 1, veiculada pela Revista *Fon-Fon* em julho de 1919.

O primeiro registro da intenção de retorno dos despojos dos integrantes da DNOG acontece com a publicação do Decreto nº 4.692, de 23 de Fevereiro de 1923, no qual o presidente Arthur Bernardes “[...] mandar trasladar para esta Capital os restos mortais dos militares pertencentes à Divisão Naval em Operações de Guerra sepultados em Dakar” (*Diário Oficial da União*, 23/02/1923, p. 6037). Mas, o processo de traslado destes corpos para solo brasileiro só foi iniciado anos mais tarde. Segundo o Jornal *A Noite*, a primeira tentativa de exumação teria ocorrido em 1927, mas foi adiada em função do período de grandes chuvas em Dakar, o que impossibilitaria a exumação (*A Noite*, 7 de maio de 1927, p.3).



Figura 1. Vista do Cemitério de Bel Air em Dakar. Imagem publicada na edição nº 27 da Revista *Fon-Fon* em 05 de julho de 1919.

Um novo decreto, de número 18.372 de 28 de agosto de 1928, assinado pelo presidente Washington Luís, abriu um crédito de duzentos contos de réis para atender as despesas com os traslados dos corpos e “para erigir, em um dos cemitérios desta cidade, um mausoléu para abrigar o ossuário, já adquirido por iniciativa particular, com o fim de guardar aqueles despojos” (*Diário Oficial da União*, 28/08/1928, p.19962). O traslado dos corpos foi realizado em três etapas: 1928 (com a vinda dos corpos de 50 marinheiros), 1929 (com 101 corpos) e 1931 (com a chegada das últimas 5 vítimas) (Maia, 1961, p.96).

A conjuntura econômica e política do final dos anos 1920 refletia a crise geral da chamada “política do café com leite”, marcada pela alternância de presidentes da República oriundos de São Paulo ou de Minas Gerais. Além disso, diversas revoltas militares tinham ocorrido ao longo dos anos 1920. Entre elas, a Revolta Tenentista de 1922 e a Revolta de 1924, também dos tenentes. O governo de Washington Luís, iniciado em 1926, procurou conciliar todas estas questões e acabou dando liberdade aos militares e civis presos nesses eventos.

A decisão pela construção do mausoléu aos mortos da DNOG nesse período e os traslados dos corpos podem ser entendidos dentro desse contexto de tentativa de conciliar opositores nas Forças Armadas, pretendendo agradar a Marinha com tal homenagem. Embora com todas essas tentativas, o evento da transladação não foi suficiente para contribuir para o seu governo, bastante abalado pela crise que culminaria com a Revolução de 1930. Somando a

essa questão, o traslado foi fracionado, o que retirou a grandiosidade da homenagem que se esperava do evento, já bem esquecido.

A construção do Mausoléu aos Mortos da DNOG

O projeto da construção e das esculturas que adornam o mausoléu da DNOG, erguido em 1928, foram executados pelo escultor brasileiro e discípulo de Rodolfo Bernadelli (1852-1966), Hildegardo Leão Velloso. Nascido em 1899, na cidade Palmeiras, Estado de São Paulo, Velloso executou pelo menos outras sete obras ligadas a homenagens cívico-celebrativas, como a estátua equestre do General Osório (1929) na Praça da Alfândega em Porto Alegre, o monumento dedicado ao Senador Pinheiro Machado (1931) na Praça Nossa Senhora da Paz, no Rio de Janeiro, e o monumento dedicado ao presidente Vargas (1957) em Volta Redonda. (Amaral, 1998, p.259)

Em 1925, três anos antes da construção do mausoléu, executou com o escultor francês Jean Magrou, as esculturas jacentes em mármore de Carrara que adornam os túmulos de Dom Pedro II e da imperatriz Teresa Cristina na Catedral de Petrópolis, Rio de Janeiro. Outro destaque é a estátua do almirante marquês de Tamandaré, patrono da Marinha do Brasil, inaugurada em 1937, na praia de Botafogo, Rio de Janeiro. Inserido na tradição dos memoriais de guerra, em que a ideia principal é exprimir o dever dos homens, o mausoléu da DNOG possui linhas sóbrias, com traçado protomoderno. Construído em alvenaria, recoberto por placas de granito, possui acima do arco de entrada os dizeres em relevo: “*Aos mortos da Divisão Naval em Operações de Guerra a Pátria agradecida*”, conforme ilustra a Figura 2. Em suas laterais, conjuntos estatuários forjados em bronze trazem, em ambos os lados da construção, a imagem de dois homens desnudos, alternando somente a perspectiva de visão do conjunto escultórico. (Amaral, 1998, p. 255)

A alegoria masculina traz na mão direita uma coroa de louros, enquanto com a mão esquerda ampara a outra figura masculina, segurando-a pela mão. Ambas têm o olhar voltado para baixo, numa postura que denota respeito aqueles ali sepultados, conforme pode ser visto na Figura 3. A coroa de louros é um item utilizado com frequência na arte tumular, que segundo Chevalier e Gheerbrant (1982) simboliza uma dignidade, um poder, uma realeza, o acesso a um nível e a forças superiores. Na Grécia e em Roma, a coroa era um signo de consagração aos deuses. Conforme a planta utilizada em sua confecção remetia a um deus, sendo no caso do louro a consagração ao deus Apolo. Ainda segundo os autores, os mortos são ornados com uma coroa, como os vivos nas grandes circunstâncias da vida, para atrair a proteção divina. Em “A República”, Platão diz que é a Apolo que cabe ditar as leis fundamentais da República, inclusive no que diz respeito ao culto aos mortos.

Chama atenção o fato de essas esculturas encontrarem-se praticamente nuas, com apenas um pedaço de tecido cobrindo o sexo. Richard Sennett pontua que, para o antigo habitante de Atenas, o ato de exibir-se nu confirmava a sua dignidade de cidadão.

Figura 2. Fachada do mausoléu da DNOG com destaque para a inscrição em relevo “Aos mortos da Divisão Naval em Operações de Guerra a Pátria agradecida” (Acervo pessoal)





Figura 3. Detalhe das alegorias laterais, mãos dadas e olhares baixos em respeito aos mortos (Acervo pessoal)

“A democracia ateniense dava à liberdade de pensamento a mesma ênfase atribuída à nudez” (Sennett, 2006, p. 30). Desnudar-se coletivamente era um tipo de compromisso másculo, reforçava os laços de cidadania. O corpo nu mostrava civilidade e distinguia o forte do vulnerável sendo somente ao macho permitido desnudar-se. O ginásio ateniense ensinava que o corpo parte de uma coletividade maior, a *polis*, e que pertencia à cidade. O desnudamento coletivo a que se impunham reforçava os laços de cidadania.

É essa virilidade que podemos constatar nessas alegorias, o homem forte que protege o oprimido, responsável por “proteger nossas águas”, lema da Marinha do Brasil. A mesma figura que em uma das mãos traz a homenagem àqueles que deram sua vida em combate, com sua outra mão resguarda e consola seu par. As poses das alegorias remetem à solidariedade, à identidade de grupo, ao caráter de compartilhamento de ações, no caso, o sacrifício da morte para com a pátria. À memória de homens que morreram num mesmo momento, lutando pelos mesmos ideais. O fato de as alegorias serem idênticas, em ambos os lados da construção reitera a noção de igualdade, conjunto ladeado por pares, representantes de uma coletividade que deu a vida pela segurança de seu país.

Esse espírito de coletividade também fica evidente na parte interior do mausoléu, conforme pode ser visto na Figura 4. Ao contrário de túmulos que registram os nomes dos ali inumados, no caso deste mausoléu impera o anonimato, ou melhor, o anonimato em nome da coletividade. Em vez de nominar cada um dos 156 oficiais ali sepultados, somente as embarcações à que pertenciam foram transcritas nas paredes internas do mausoléu. Do lado direito estão elencados o C.T. Parahyba, C.T. Santa Catharina, Td. Belmonte, Av. Laurindo Pitta e a Missão Médica. Do lado esquerdo constam o Cr. Rio Grande do Sul, Cr. Bahia, C.T. Piauí e o C.T. Rio Grande do Norte.

Em *História da Guerra do Peloponeso*, o general de Atenas, Tucídides, cita a Oração do Funeral proferida por Péricles em honra aos mortos nas primeiras batalhas. Segundo o historiador Nicole Loraux, tal oração procurou transformar o luto dos pais em orgulho. Péricles enaltece as glórias da cidade ao prestar homenagem aos que tombaram em combate. Esse não deixa de ser o discurso implícito na frase escrita na parede dos fundos do mausoléu, logo acima de um vitral com o sol poente em alto mar, destino daqueles que se foram diz “*Elles defenderam o Brasil empenhado na conflagração em que se debatia o mundo e tombaram no caminho do dever e da honra - 1918*”.

No arco de entrada da construção é possível visualizar suportes que provavelmente serviam à sustentação de correntes ou cordas que delimitavam a entrada no mausoléu, como um tipo de cordão de isolamento para uma área nobre, em cuja entrada demanda-se reflexão e respeito. No centro da construção uma lápide em granito negro serve de suporte a uma cruz do mesmo material, em cujo centro está a Medalha Cruz de Campanha (1914-1918). Cunhada pela Casa da Moeda, a Cruz de Campanha, assim como outras medalhas militares, teve como objetivo comemorar e reconhecer os relevantes serviços prestados pelos

participantes do confronto. Em seu anverso encontra-se a representação da constelação Cruzeiro do Sul, imagem que remete ao Brasão de Armas do Brasil, um dos quatro símbolos oficiais da República Federativa do Brasil. Em seu entorno é possível ler a inscrição “*Pela Justiça e Pela Civilização*”.

Ao lado da lápide encontra-se a escultura de um marinheiro, em tamanho natural, forjada em bronze. Segurando o quepe na mão direita, o marinheiro fardado presta homenagem aos que se foram, com o olhar baixo, dirigido diretamente para a lápide. Essa atitude mantém um discurso de não esquecimento por parte daqueles que dividem a mesma função na defesa da pátria, de constante presença e vigilância. Existe uma grande semelhança entre as feições do marinheiro e das alegorias que ornamentam a parte externa do mausoléu.

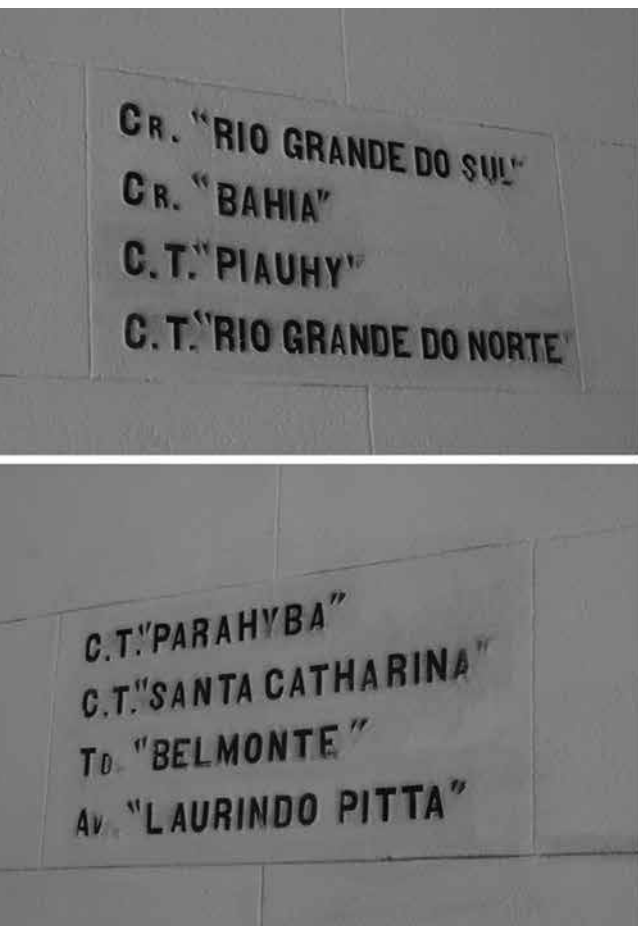


Figura 4. Imagens com detalhes do interior do mausoléu. Ao lado esquerdo estão destacados os nomes das embarcações que participaram da operação de guerra. Ao lado direito, a escultura do marinheiro e a inscrição “Elles defenderam o Brazil empanhado na conflagração que se debatia o mundo e tombaram no caminho do dever e da honra”, 1918. (Acervo pessoal)

Como outros monumentos fúnebres coletivos, como por exemplo, o Monumento aos Caídos da Revolução de 1935, o Mausoléu do DNOG serviu para forçar uma identidade e unidade nas Forças Armadas Brasileiras. No sentido original, o termo monumento provém do latim *monumentum*, que deriva de *monere* (“advertir”, “lembrar”), que traz a lembrança de algo. “Chamar-se-á como monumento tudo que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (Choay, 2006, p. 18). Para Choay, é justamente a forma como atua sobre a memória que faz com que o monumento trabalhe e mobilize pela mediação da afetividade, de forma a lembrar o passado fazendo-o vibrar como presente. Sua relação com o tempo vivido e com a memória constitui sua essência (Choay, 2006).

O recebimento dos despojos: atitudes e visões diante da morte

Como este mausoléu se insere como um monumento ou memorial de guerra no Brasil? O rito fúnebre do traslado possuiu este caráter cívico? Para compreender esta questão devemos refletir sobre como a sociedade ocidental enfrentou a mortandade ocorrida na Primeira Guerra Mundial.

A construção de um mausoléu e o traslado dos corpos quase 10 anos depois das mortes refletem as atitudes diante da morte por parte dos brasileiros que combateram na Grande Guerra e como a rememoração dos mortos permite enfatizar a ligação entre o evento e a comunidade local pelo viés da humanização dos envolvidos. O traslado possuía o intuito de dar ao luto um significado preciso às perdas singulares, ultrapassando o sem sentido da morte e da participação brasileira no evento, ao garantir aos ‘heróis’ anônimos um lugar na história, como é próprio do culto cívico dos mortos que se constitui na modernidade (Catroga, 1990, p.173).

As cerimônias e homenagens da retirada das urnas funerárias do Cemitério de Dakar foram destacadas pelo Jornal *A Noite*, de 15 de maio de 1928. Com a manchete “A terra da pátria receberá amanhã os sagrados despojos da Divisão Frontin”, a reportagem detalha a presença de autoridades francesas e senegalesas na transladação dos brasileiros mortos enterrados naquele cemitério. Trazendo informações sobre quem faria a escolta do navio que traria as urnas, a matéria destaca ainda a homenagem que a União dos Ex-Combatentes Portugueses no cemitério de Dakar (*A Noite*, 15/05/1928, p. 2).

Segundo noticiava o jornal *O Paiz*, de 11 de maio, o efetivo oficial da Marinha destacado para os cortejos marítimo e terrestre seria de 1140 homens, entre oficiais, suboficiais, banda de música entre outros. Uma lancha seria especialmente destacada para que a imprensa acompanhasse o trecho marítimo do cortejo. Também nessa edição é possível ver o atrito gerado entre o Clube dos Bandeirantes e o ministro da Marinha, em função de diferentes propostas de programação para as homenagens (*O Paiz*, 11/05/1928, p.1).

A participação brasileira no conflito passa a ser celebrada com a presença física dos mortos e a construção do mausoléu. Os dez anos do fim da Guerra mereceram ampla cobertura do jornal *A Noite*, que destacou a cerimônia do campo do Botafogo F. C. onde uma placa em homenagem aos mortos brasileiros e europeus recebeu dezenas de coroas de flores.

No dia do cortejo fúnebre, segundo o mesmo jornal, o arcebispo D. Sebastião Leme informou que todos os sinos das igrejas do Rio de Janeiro dobrariam o *finados* em homenagem aos brasileiros mortos na Primeira Guerra Mundial. Mesmo assim, ao final da nota está destacado que seriam apenas três minutos de toque e que pessoas enfermas poderiam solicitar que fossem dispensadas as badaladas nas igrejas próximas às suas residências. (*A Noite*, 15/05/1928, p.2). Percebe-se aqui a relação da sociedade carioca com a morte neste contexto, mesmo sendo um evento que envolveria toda a cidade, a passagem dos mortos não poderia afetar o bem-estar dos vivos.

Na edição do dia seguinte, o jornal veiculou o nome de cada marinheiro morto e a embarcação a qual ele pertencia. Usando termos como “sagrados despojos”, a reportagem informava que os familiares “oraram” de joelhos diante das urnas funerárias ainda no navio que as transportava. Essa devoção aos mortos numa guerra tão distante no tempo e espaço pode ser explicada pela promoção de cada homem enquanto agente histórico que participou de um grande conflito. Ali todos eram importantes, não apenas os oficiais. (*A Noite*, 16/05/1928, p.15-16)

Além do cortejo marítimo, o jornal informa que o cortejo fúnebre comoveu a população da cidade, passando pelo então sofisticado bairro de Botafogo e que muitos não seguraram o pranto diante do evento. A revista *Fon-Fon*, de 26 de maio de 1928, também reservou quatro páginas de sua edição semanal para comentar o evento. A matéria destaca como a cidade realizou cerimônias fúnebres “com esplendor” (*Fon Fon*, 26/05/1928, p.39-41). Embora a mesma revista tenha publicado o retorno da Divisão em 1919, a comparação entre os dois eventos demonstra como os mortos receberam mais honrarias do que os vivos. Em 14 de junho de 1919, a foto do almirante Frontin estava na capa da revista. Fotos da missa campal realizada na Quinta da Boa Vista ilustravam o texto que narrava o retorno dos marinheiros. Duas fotos na página seguinte mostravam imagens do Cemitério de Dakar onde os mortos brasileiros haviam sido enterrados (*Fon Fon*, 14/06/1919, p.17).

As atitudes e representações diante da morte neste período sofreram diversas modificações. A rememoração dos mortos foi intensa. Antes da Primeira Guerra Mundial os mortos em guerra, quando celebrados, eram na maioria, generais, comandantes ou batalhas específicas representados em seus mausoléus e monumentos pelos feitos heroicos e individuais. Com a Primeira Guerra Mundial, estes memoriais ganham novo formato, de cunho coletivo, além de tornarem-se os mais numerosos monumentos públicos no ocidente. A partir desta guerra percebe-se a proliferação do coletivo elevado ao nível de protagonista do conflito. Os mortos, tanto civis como militares, são homenageados, rememorados, celebrados

e todos estes rituais fornecem uma ligação de solidariedade numa sociedade não tão religiosa como antes, em que a secularização predomina.

Ao representar e rememorar a morte, os memoriais de guerra a partir deste período, tendem a suavizar o conflito e a lembrança do sangue derramado e da dor da perda. Geralmente os termos usados nos epitáfios e inscrições referem-se aos soldados que “tombaram” e não “morreram”, aos homens que “se sacrificaram” e não “mataram” outros homens. Este vocabulário empregado prefere expressões como o de “vidas dadas” e não “tiradas” pelo dever com a pátria. A simbologia que predomina é a do dever e do sacrifício para com o coletivo, o indivíduo é antes de tudo marinheiro em missão pelo Brasil.

Mesmo mais de 90 anos após o término do conflito, restos mortais de 80 a 100 soldados mortos ainda podem ser encontrados, por ano, na Alemanha da Primeira Guerra Mundial. Em outros países, arqueólogos ainda hoje encontram valas comuns com centenas de corpos. Geralmente eles não conseguem ser identificados. Um exemplo disso é a cidade belga de Langemark, onde foram sepultados em 2007 os restos mortais de oito soldados alemães não identificados, mortos na Primeira Guerra Mundial. No cemitério militar da cidade jazem mais de 44.300 soldados, dos quais 25 mil permanecem desconhecidos. Conhecida como a “Catástrofe Inaugural do Século XX”, diversas regiões da Bélgica e da França possuem enormes cemitérios referentes ao conflito. E ainda hoje quando são encontrados restos mortais de combatentes, como no caso deste evento de 2007, a preocupação é de dar um funeral digno ao “desconhecido”.

Com o golpe militar de 1964, as Forças Armadas promovem uma valorização de todas as comemorações em que, de alguma forma, os militares estiveram envolvidos. Tais celebrações contribuiriam para confirmar a legitimidade da presença dos militares no poder. A partir deste momento, a institucionalização da celebração atinge um novo significado. As comemorações do 11 de novembro são associadas ao combate ao comunismo. O anacronismo de tal interpretação se explica pela tentativa de celebrar qualquer evento em que as Forças Armadas, neste caso, a Marinha, tivessem realizado algum feito heroico e combatido o bom combate.

No jornal *O Globo* dos anos de 1964, 1967 e 1972, este uso político do Mausoléu é referido nas matérias realizadas no dia do armistício. No dia 12 de novembro de 1964, com a manchete “A Marinha reverencia seus mortos da Primeira Guerra”, o jornal descreve todas as homenagens realizadas. A missa solene no Outeiro da Glória, o depósito de flores no busto do rei Alberto, na avenida Vieira Souto, a presença de ex-combatentes belgas, os sobreviventes brasileiros do DNOG e as homenagens no Mausoléu no Cemitério São João Batista (*O Globo*, 12 de novembro de 1964, p. 2). Em 1967, a manchete de *O Globo* sobre o evento enfatiza este aspecto “Homenagem aos Heróis da Marinha inspirou Advertência e Alerta”, em que o discurso do almirante brasileiro relembra o papel da Marinha no passado e no presente em sempre estar alerta aos perigos do inimigo que nunca descansa, no caso, o comunismo (*O Globo*, 12 de novembro de 1967, p. 5).

Em 1971, a questão do marinheiro enquanto indivíduo aparece na reportagem realizada pelo jornal *O Globo*, em 11 de novembro. Com a manchete “No dia do armistício, flores lembram os heróis da Marinha”, a história da senhora de 73 anos que levava todos os anos uma palma de flores ao marido morto durante a missão foi contada pelo jornal. Maria do Carmo casou-se aos 15 anos com o submaquinista Joaquim Pereira e dizia ter seu marido sido “seu único amor”. Mesmo sendo a atração principal nesta homenagem, a presença dos oficiais da Marinha no Mausoléu também é destacada na matéria, o que reforça a importância deste monumento no período (*O Globo*, 11 de novembro de 1971, p. 3).

Ao longo dos anos, as notas sobre a data são cada vez mais raras. D. Maria do Carmo ainda aparece em 1977, ajoelhada e com flores para o marido (*O Globo*, 11 de novembro de 1977, p. 2). A última notícia de celebração junto ao mausoléu data do ano de 1980, quando o Comando do 1º Distrito Naval comemora o armistício com uma celebração que também inclui a aposição de coroas de flores (*O Globo*, 11 de novembro de 1980, p.8). Hoje, a data consta do calendário oficial de festividades da Marinha e é citada na Ordem do Dia em cerimônias puramente internas.

Em outros mausoléus militares, como o já citado dos Caídos de 35, ocorreu a transferência da realização das cerimônias do cemitério para as praças e bustos dos envolvidos nos eventos comemorados. A motivação da substituição de tais cerimônias no cemitério para outros espaços públicos pode estar ligada à ideia de maior visibilidade para as mesmas, enquanto o cemitério passa a ser lembrado apenas no dia de finados. Pensando assim, quando os restos mortais dos combatentes da FEB durante a Segunda Guerra Mundial foram trasladados para o Brasil em 1960, o local escolhido para acolher as urnas funerárias foi o Aterro do Flamengo, numa posição privilegiada na cidade, e que levaria a presença maior do evento na memória da população.

O fato de este mausoléu ser desconhecido pela população em geral, denota a relação que possuímos com nossa memória histórica. Ainda que a participação brasileira na Primeira Guerra Mundial seja recorrentemente transmitida em tom de ironia pelos livros de história (Silva, 1975, p.162) quando mencionada, os problemas que a missão teve não destoam dos de outras nações envolvidas no evento. O fato de tantos terem morrido de gripe espanhola acaba sendo transmitido como fiasco, no entanto, tal evento deve ser entendido como baixas de guerra. Só como comparação, 80% das mortes da frota americana foram devidas à gripe.

Embora bem difundido na Europa, o culto cívico dos mortos não obteve o mesmo apelo no Brasil. Segundo Fernando Catroga, a memória liga os indivíduos verticalmente, a grupos e entidades, e horizontalmente “a uma vivência encadeada do tempo (subjetivo e social), submetendo-os a uma ‘filiação escatológica’ garantida pela reprodução (sexual e histórica) das gerações e por um impulso de sobrevivência, nem que seja na memória dos vivos” (Catroga, 2009, p.25). Quando isso não acontece, como no caso deste mausoléu brasileiro, a sociedade perde seu sentido de história.

Percebe-se que por breves momentos o Mausoléu dos Mortos da DNOG estimulou uma “romaria cívica aos mortos”, como sugere a revista *Fon-Fon*, de 1932 (5/11/1932, p. 36). Diversos fatores, como a Segunda Guerra Mundial e a efetiva participação brasileira no conflito, o distanciamento do evento e a morte dos companheiros de luta e, por último, a institucionalização da data que faz parte do calendário de comemorações internas da Marinha, provocaram o abandono do monumento e seu esquecimento.

Esquecimento

O primeiro levantamento em campo no Cemitério São João Batista, sobre o mausoléu da DNOG, foi realizado em junho de 2010, quando foram efetuados registros fotográficos da fachada externa e do interior da construção. Posteriormente, durante a análise das imagens produzidas, notou-se a presença de um epitáfio em mármore, localizado no centro do mausoléu, sobre o tampo que dá acesso à área de enterramentos. “I. B.”, homem com data de nascimento em 12 de agosto de 1921 e falecimento em 16 de março de 1996, figurava como enterrado no local. Em função de sua data de nascimento, posterior à criação da DNOG e ao conflito da Primeira Guerra Mundial, afastou-se a possibilidade de qualquer ligação com os demais inumados no espaço.

Quando o questionamento da presença desse epitáfio e da probabilidade de sepultamento no local foi feito ao pessoal do Arquivo da Marinha, os funcionários do arquivo demonstraram perplexidade. Além de não ter feito parte do corpo da Marinha, a própria instituição não sabia explicar o porquê da presença de seu nome dentro do mausoléu. Pesquisas em arquivos de jornais não apontavam nenhuma peculiaridade que ligasse o falecido à Marinha, sendo encontrado somente seu obituário, com informações básicas, como filiação e data do sepultamento.

Foi em dezembro de 2013, em nova visita ao local, que se tornou possível desvendar a presença da peça. A placa, posicionada exatamente no centro da lápide, no mesmo local onde havia sido fotografada em 2010, não estava fixada. Com os dados da inumação, foi possível buscar junto à administração do cemitério a localização exata da sepultura de “I. B.”, distante quatro lotes do Mausoléu da DNOG. Foi solicitado a um funcionário do cemitério que acompanhasse e apontasse a real localização de seu túmulo, para que se procedesse ao encaminhamento do epitáfio para o local correto.

No site do 1º Distrito Naval, dentro da seção de ações das Relações Públicas, há uma listagem de “Cerimônias e Eventos Sociais” desenvolvidos pela Comunicação Social da Marinha, sendo destacado entre eles o “Dia do Armistício da 1ª Guerra Mundial”. Segundo conteúdo veiculado, “A Marinha, na área do Rio de Janeiro, realiza duas cerimônias, e apoia outras duas, no dia 11 de novembro, em comemoração à data alusiva à assinatura do Armistício da Primeira Guerra Mundial”. A primeira cerimônia é realizada junto ao busto do rei Alberto da Bélgica, a segunda no Mausoléu dos Heróis da Divisão Naval de Operações

de Guerra, no Cemitério São João Batista, a terceira no mausoléu dos Heróis Franceses (no mesmo cemitério) e, a quarta, junto ao busto do almirante Pedro Max Fernando de Frontin na Praça Mauá. Consta como última atualização do site a data de 31 de janeiro de 2012.

Ora, se tais comemorações são realizadas anualmente, conforme consta no site, como não foi notada a presença do epitáfio de “I. B.” durante o evento? Ou já teriam sido abandonadas as honras aos integrantes da DNOG junto ao seu mausoléu? Vandalismo, pretensão de roubo ou equívoco, a presença do epitáfio de “I. B.” no mausoléu da DNOG ao longo de, pelo menos, três anos, testemunha o processo de esquecimento pelo qual passa o monumento assim como o culto aos oficiais ali enterrados. Para Choay (2006, p.23) uma das causas da progressiva extinção da função memorial dos monumentos reside no desenvolvimento, aperfeiçoamento e difusão de memórias artificiais. Questionando se os monumentos ainda teriam um papel nas sociedades avançadas, como os edifícios de culto que mantêm seu uso, cita monumentos aos mortos e cemitérios militares das últimas guerras e pergunta “ainda se edificam novos deles?” (Choay, 2006, p. 23). Não importa o motivo que os levou à morte e sim o intento de defender os interesses da pátria. Mas a rememoração, o culto aos ali inumados, isso já se perdeu há alguns anos.

A rememoração, no Brasil, de soldados mortos em combate, ainda é um tema pouco pesquisado. Tanto no caso aqui analisado, referente à Primeira Guerra Mundial (com o mausoléu da DNOG no Cemitério São João Batista), como também em relação à Segunda Guerra Mundial (com o Monumento aos Mortos Brasileiros na Segunda Guerra Mundial, no Aterro do Flamengo), podemos ver aspectos representativos da relação da instituição militar com os mortos. Ainda que exista um intervalo de 32 anos entre os dois monumentos fúnebres, ambos parecem não ter sensibilizado a sociedade.

Enquanto em outros países, como os Estados Unidos, onde a família sempre teve a opção de enterrar o soldado morto em seu túmulo familiar, no caso brasileiro, a alternativa de individualizar os combatentes nunca existiu. Ao mesmo tempo, o culto ao soldado caído (Mosse, 1990, p.35), crescente no pós Primeira Guerra Mundial, valorizou de maneira geral todos os locais de memória relacionados aos conflitos, como cemitérios militares e monumentos fúnebres, enfatizando um culto cívico aos mortos. Aqui, esse uso político do corpo do soldado morto também não foi explorado pelas Forças Armadas.

Ao abordar a construção de mausoléus familiares, Motta (2008, p. 111) apontou esse tipo de edificação como um desejo de unidade e continuidade que se impõe após a morte, como forma de evitar a dispersão causada por sepultamentos individuais. Aspecto que acreditamos não ter deixado de ter a mesma função no caso do mausoléu da DNOG. Diante desse conceito do mausoléu como ponto de reagrupamento, segundo o autor, o indivíduo isolado deixaria de ter importância, enquanto o sujeito social genérico seria constituído a partir da referência comum à qual esteve ligado.

Pleitear um envolvimento efetivo da população brasileira no culto cívico e na rememoração aos combatentes mortos da DNOG implicaria maior conhecimento em relação ao conflito. O tempo passado desde o término da Primeira Guerra Mundial e o fato de as Forças Armadas sempre terem encabeçado a realização dos cultos de homenagem podem ser fatores que agravaram esse processo de esquecimento dos mortos. As mudanças no encobrimento e recalçamento da morte são apontadas por Elias (2001) ao argumentar que o modo de encobrimento era antes dominado por fantasias coletivas de imortalidade enquanto hoje predomina a individualização cada vez maior. Isso implica um afastamento cada vez maior da morte, relegando os cemitérios com suas construções e cultos implantados muitas vezes ao esquecimento.

Fontes

Periódicos

Diário Oficial da União. Seção I, 27/02/1923.

Diário Oficial da União. Seção 1, 31/8/1928.

A NOITE. A exumação dos despojos dos officiaes da Divisão Frontin foi adiada. Rio de Janeiro, 7 de maio de 1927.

A NOITE. A terra da pátria receberá amanhã os sagrados despojos da Divisão Frontin. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1928, n.5221.

A NOITE. A terra da pátria recolhe os sagrados despojos: Homenagens prestadas aos mortos da Divisão Frontin. Rio de Janeiro, 16 de maio de 1928, n.5222.

O GLOBO. A Marinha reverencia seus mortos da Primeira Guerra. Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1964. Matutino. Geral.

O GLOBO. No dia do Armistício, flores lembram os heróis da Marinha. Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1971.

O GLOBO. Armistício da I Guerra festejado pela Marinha, Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1972. Matutino. Geral.

O GLOBO. Homenagem aos heróis da Marinha inspirou advertência e alerta. Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1967. Vespertino. Geral.

O GLOBO. Marinha lembra Guerra de 14 e diz que comunismo é pior. Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1977. Geral.

O GLOBO. Armistício: Festejos dos 62 anos. Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1980.

O PAIZ. S.A. Os despojos das victimas em Dakar. Rio de Janeiro, 11 de maio de 1928. Ano XLIV, n 15909.

REVISTA A BATALHA. Os restos mortais dos marinheiros mortos na Divisão Frontin foram transferidos para o Cemitério São João Batista. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1931.

FON-FON. Empresa Fon-Fon e Selecta. Rio de Janeiro, 14 de junho de 1919. Ano XIII, n 24.

FON-FON. Empresa Fon-Fon e Selecta. Rio de Janeiro, 05 de julho de 1919. Ano XIII, n 27.

FON-FON. Empresa Fon-Fon e Selecta. Rio de Janeiro, 26 de maio de 1928. Ano XXII, n 21.

Bibliografia

- ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves. *Desventuras em série: uma pequena esquadra brasileira recebe a missão de patrulhar submarinos alemães, mas é quase dizimada pela gripe espanhola*. In: Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/desventuras-em-serie>
- AMARAL, Aracy A. *Artes Plásticas na Semana de 22*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- BERTUCCI, Liane Maria. *Influenza, A Medicina Enferma: Ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo*, Tese (Doutorado em História) IFCH / Unicamp, 2003.
- BIBIANI, Regina Elísia de M. L. *Iconografia e iconologia das medalhas da Campanha do Paraguai concedidas ao Exército brasileiro*. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 38, p. 191-206, 2006.
- BURNS, E. Bradford. *As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República*. In: FAUSTO, Bóris, *O Brasil Republicano: Sociedades e Instituições (1889-1930)*, São Paulo: Difel, 1985.
- CATROGA, Fernando. *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos*. Coimbra: Minerva, 1990.
- _____. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009.
- CHEVALIER, Jean e GHEERBRANDT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 19ª edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos seguido de, Envelhecer e Morrer*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- GAMA, Arthur Oscar Saldanha da. *A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Capemi, 1982.
- HOWARTH, G. & LEAMAN, O. *Enciclopédia da Morte e da Arte de Morrer*. Lisboa: Quimera Editores, 2004.
- MAIA, Prado. *D.N.O.G. (Divisão Naval em Operações de Guerra), 1914-1918: Uma página esquecida da História da Marinha Brasileira*. Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1961.
- MENDONÇA, Valterian Braga. *A Experiência Estratégica Brasileira na Primeira Guerra Mundial, 1914*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2008.
- MOSSE, George L. *Fallen Soldiers: Reshaping the memory of World Wars*. Oxford Press: New York, 1990.
- MOTTA, Antonio. *À flor da pedra: formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2008.
- ROITEBERG, José. *Uma guerra que o Brasil esqueceu* Disponível em <http://roitblog.blogspot.com.br/2012/12/uma-guerra-que-o-brasil-esqueceu.html>
- SENETT, Richard. *Carne e Pedra. O Corpo e a Cidade na civilização ocidental*. 4ª. Edição, Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SILVA, Hélio. *Entre a Paz e a Guerra*, São Paulo: Editora Três, 1975.
- WINTER, Jay. *Sites of Memory, Sites of Mourning: The Great War in European Cultural History*. Cambridge University Press, 1995.
- COMANDO DO 1º DISTRITO NAVAL. Disponível em <https://www.com1dn.mar.mil.br/>

Recebido em 27/06/2014